BOLETIM

Ano 4 | Edição 19 | Junho de 2023

OBSERVA COVID
Análise de Modelos e Estratégias de Vigilância em Saúde da Pandemia da COVID-19 (2020-2022)

CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SALVADOR

A pesquisa foi realizada a partir das discussões oriundas do Comitê Técnico Municipal de Saúde da População em Situação de Rua Maria Lúcia Pereira, no contexto da pandemia de COVID-19. Foi realizada uma articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, o Movimento Nacional de População de Rua, o Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia, o Instituto Gonçalo Moniz/Fundação Oswaldo Cruz e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), entre outros parceiros.

Trata-se de um inquérito[1] epidemiológico, com o objetivo de descrever a ocorrência de doenças infecciosas (HIV, HTLV, sífilis, hepatites B e C, COVID-19, dengue, zika, chikungunya, leptospirose, tuberculose e hanseníase), doenças crônicas não transmissíveis (doença falciforme, hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, neoplasias, dentre outras), uso de álcool e outras drogas, saúde sexual e reprodutiva, saúde ocupacional, renda, segurança alimentar e outras necessidades básicas, bem como o recebimento de benefícios sociais, acesso aos serviços de saúde e à rede de assistência social, na população em situação de rua de Salvador – BA.

Foram incluídas 523 pessoas em situação de rua, entrevistadas em Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) (42%; 221) da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) e nas ruas (58%; 300), em áreas de atuação das cinco equipes de Consultório na Rua (Pelourinho, Gamboa, Itapagipe, Brotas e Itapuã[2]).

Considerou-se pessoa em situação de rua aquela pertencente ao "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória", conforme a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009).

Todas as pessoas em situação de rua presentes nos campos das coletas foram convidadas a participar da entrevista e da coleta de sangue para os exames laboratoriais. Foram excluídas do estudo aquelas menores de 18 anos, as que possuíam alguma condição que as impedissem de responder à entrevista e aquelas com tosse há menos de 10 dias, considerando o risco de estarem com COVID-19 ativa.

1. A coleta dos dados ocorreu entre 28 de setembro de 2021 a 01 de fevereiro de 2022.

2. Na semana das entrevistas piloto, 2 pessoas (←1%) foram entrevistadas em uma Unidade de Saúde da Família (USF).

RESULTADOS

1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Os participantes tinham idade entre 18 e 78 anos (mediana de 39). Em relação à identidade de gênero, 69,8% (365) se identificaram como homem cis, 24,4% (128) como mulher cis, 3,3% (17) como mulher trans e travesti, 1% (5) como homem trans, 0,4% (2) como não-binário e 1,1% (6) não quiseram responder. A raça/cor autodeclarada foi de 53,4% (277) de pretos, 38% (197) pardos, 5% (26) brancos, 1,7% (9) indígenas, 0,8% (4) amarelos. A orientação sexual referida foi de 89,4% (464) heterossexuais, 5,2% (27) bissexuais, 2,3% (12) gays, 1,5% (8) lésbicas e ←1% (5) pansexuais e assexuais.

A maioria da população do estudo era natural de Salvador (65,2%; 339), 56,2% (291) tinha escolaridade até o ensino fundamental incompleto e 6% (31) nunca estudaram. Apesar de 94% (487) das pessoas entrevistadas serem alfabetizadas, apenas 55,2% (286) referiram saber ler sem dificuldades.

Em relação ao tempo que sobrevive nas ruas, 21% (109) tinham menos de seis meses, 9,4% (49) de seis a onze meses, 11,8% (61) entre um e dois anos incompletos, 15,2% (79) entre dois e cinco anos incompletos, 14,8% (77) entre cinco e dez anos incompletos, 14,3% (74) entre dez e vinte anos incompletos e 13,5% (70) há mais de 20 anos.

2. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

Pessoas com deficiência

Entre os participantes, 21,2% (110) relataram apresentar algum tipo de deficiência. Dentre estas, 64,5% (72) referiram deficiência física; 19% (21) visual; 12,7% (14) mental; 3,6% (4) intelectual; e 2,7% (3) auditiva.

Doenças infecciosas

• **Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)** = Os exames laboratoriais apontaram: 35,7% (184) foram positivos para sífilis; 7,4% (38) foram positivos para HIV; 3,9% (20) foram positivos para hepatite C; 2,5% (13) foram positivos para HTLV e 0,8% (4) foram positivos para hepatite B.

• **Arboviroses** = o diagnóstico autorreferido de dengue foi 24,5% (128), de chikungunya foi 18% (94) e o de zika foi 8,8% (46). Destes, cerca de metade teve confirmação médica.

• **Tuberculose** = 12,2% (62) referiram já ter realizado tratamento no passado e 1% (5) referiu estar em tratamento no momento da entrevista.

• **Hanseníase** = 1,8% (9) referiram ter sido acometidos no passado ou estarem com a doença no momento da entrevista.

Doenças crônicas não transmissíveis

• As pessoas entrevistadas referiram já ter recebido o diagnóstico de: hipertensão arterial sistêmica (19,9%; 104), distúrbios psiquiátricos (17,6%; 92), doenças respiratórias (10,3%; 54), dislipidemia (9,9%; 52), diabetes mellitus (6,7%; 35) e cardiopatias 5,7% (30), dentre outros agravos.

Destaca-se ainda a presença de feridas em pernas e pés em 14,4% (73) e que apenas 2 pessoas (0,4%) apresentaram alteração na triagem laboratorial para doença falciforme.

Uso de álcool e outras drogas

As drogas mais utilizadas ao menos uma vez na vida foram: bebidas alcoólicas (81%; 419), derivados do tabaco (75,2%; 389), maconha (60,1%; 310), cocaína/crack (55,2%; 284), inalantes (24,8%; 128), sedativos (19,8%; 102), seguidos de alucinógenos, anfetamina ou êxtase, opioides e outras substâncias (todos com menos de 10%). Além disso, 68,7% (349) responderam nunca terem realizado tratamento ou acompanhamento por uso de drogas e, das que realizaram, apenas 25 pessoas (4,9%) estavam em tratamento.

Saúde sexual e reprodutiva

Sobre o uso de preservativo nas relações sexuais, 34,9% (178) fizeram o uso sempre, 20,8% (106) referiram nunca ter feito o uso e 39,2% (200) faziam uso irregular. Das 113 mulheres cis e homens trans que responderam à questão, 45,8% (60) referiram usar método contraceptivo e 40,5% (53) relataram não usar nenhum. Do total de 106 mulheres cis que engravidaram, 23,8% (25) não realizaram nenhuma consulta pré-natal, 16,2% (17) realizaram 1 a 3 consultas, 19% (20) fizeram 4 a 6 consultas, 33,3% (35) realizaram 7 ou mais consultas.

Vacina contra COVID-19

Até a data de finalização das entrevistas, 73,5% (379) referiram ter sido vacinados contra a COVID-19. Em novembro/22, os dados referentes a esta vacina foram acessados no Sistema Vida, revelando que 18% (87) das pessoas não haviam sido vacinadas, 12% (61) estavam com esquema vacinal considerado incompleto (uma única de duas doses), 59% (299) com esquema vacinal considerado completo (duas doses ou dose única) e 38% (193) já haviam recebido a dose de reforço.

3. TRABALHO, RENDA E ACESSO A DIREITOS

Trabalho e renda

Do total de participantes, 50,7% (262) nunca tiveram vínculo empregatício formal. Apesar do pequeno quantitativo de pessoas com carteira assinada (1%; 5), apenas 17,8% (93) referiram não realizar trabalhos informais ("corres"). Destes, os três principais foram:

catadores de materiais recicláveis (32,9%; 172), vendedores (27,9%; 146) e guardadores ou lavadores de carro (16,6%; 87). Além disso, 42,6% (209) afirmaram ter sofrido agressões, ameaças ou outro tipo de violência enquanto trabalhavam.

A renda mediana proveniente das atividades laborais, excluindo os ganhos oriundos dos benefícios socioassistenciais, foi de R$200,00/mês. A prática de pedir dinheiro para garantir as necessidades básicas diárias ocorreu para 34,8% (180) dos participantes.

Acesso à alimentação e água

Quase a metade, 45,7% (236), referiu passar pelo menos um dia inteiro sem se alimentar durante a última semana. Apenas 23,8% (123) fizeram quatro ou mais refeições ao dia. Em relação às fontes para a obtenção de água para consumo geral, a exemplo de tomar banho, lavar roupa e beber, as principais respostas, excetuando UAIs, foram: bicas e/ou minas d'água (26,6%; 139) e postos de gasolina ou outros estabelecimentos comerciais (25,8%; 135).

Acesso aos serviços de saúde

Quando apresentam algum problema de saúde, os principais serviços acessados foram: Unidade de Pronto Atendimento (58,9%; 308), Unidade de Saúde (44%; 230) e Consultório na Rua (25%; 131). Do total, 36,2% (182) relataram dificuldade no acesso às unidades de saúde. Em relação aos serviços de saúde mental, 22,4% (117) citaram ter sido internadas em comunidades terapêuticas ou centros de recuperação, enquanto apenas 14% (73) referiram ter feito ou fazerem acompanhamento em CAPSad ou CAPSad III.

Acesso a documentos, benefícios e serviços socioassistenciais

No último ano, 50,9% (266) acessaram o Centro Pop e 22% (113) alegaram não ter frequentado nenhum serviço socioassistencial. A maior parte da amostra era registrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico) (61,1%; 316). Entre os benefícios já recebidos, destacam-se: Programa Bolsa Família (44,4%; 230); Auxílio Emergencial do Governo Federal (57,7%%; 299); Auxílio Moradia (21,6%; 112). Importante destacar que apenas 17 (3,3%) foram contempladas no Programa Minha Casa Minha Vida.

RECOMENDAÇÕES

1. Considerando que nos últimos anos ocorreu um visível aumento da população em situação de rua, incorporar esse segmento no Censo Demográfico do IBGE e produzir inquéritos periódicos que possam fornecer um panorama mais preciso de quantas pessoas estão nessa condição em todos os municípios brasileiros;

2. A partir do reconhecimento do racismo enquanto determinante central, fortalecer, financiar e integrar as ações voltadas para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a Política Nacional para a População em Situação de Rua;

3. O acolhimento, diagnóstico e tratamento das pessoas que apresentaram os agravos que foram detectados na pesquisa, com especial atenção à sífilis;

4. A descentralização do cuidado às pessoas que vivem com HIV/AIDS, e oferta de forma integral e territorial na atenção primária à saúde;

5. O cuidado integral à saúde das mulheres, população LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência que estão em situação de rua e que são as principais vítimas das violências e violações de direitos;

6.Que as medidas de proteção social e sanitária pautadas pelo Movimento Nacional de População em Situação de Rua que foram adotadas de modo emergencial durante a pandemia de COVID-19 sejam mantidas, a exemplo da ampliação de espaços públicos que permitam a higienização entre aqueles que permanecem nas ruas, tais como contêineres com banheiro completo (pia, sanitário e chuveiro) e orientações adequadas para trabalhadores, usuários e sociedade civil.

7. Que o controle social e os gestores públicos possam utilizar os resultados dessa pesquisa no fortalecimento de políticas públicas para a população em situação de rua, na garantia de direitos básicos, como acesso à moradia, água e alimentação, bem como na ampliação da oferta e do acesso aos serviços de saúde e socioassistenciais.

Referência

BRASIL. Decreto Presidencial no 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 24 dez. 2009.

Links de acesso a outros materiais relacionados ao projeto:

Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=_WZTukUJZ8k

Sumário executivo: https://l1nk.dev/sumarioexecutivo

QR CODE PARA SUMÁRIO EXECUTIVO

Agradecemos a todos os colaboradores das instituições e coletivos pelo apoio: Movimento Nacional de População de Rua, Equipes de Consultório na Rua, Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia, Instituto Gonçalo Moniz/Fundação Oswaldo Cruz, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE), Fórum de Catadores e de Catadoras de Rua e em Situação de Rua da Bahia, S3 Gestão em Saúde, Programa Corra Pro Abraço, Cata Rua, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Gregório de Matos, Obras Sociais Irmã Dulce, Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) e Secretaria Municipal de Saúde de Salvador.

Coordenação geral do projeto:
Guilherme Sousa Ribeiro, Joilda Silva Nery e Lua Sá Dultra.

Equipe de pesquisadoras(es) responsáveis pela elaboração do boletim:
Audêncio Victor, Idalia Oliveira dos Santos, Lua Sá Dultra, Milena Lemos Marinho, Tarcísio Oliveira Silva, Wiler de Paula Dias e Joilda Silva Nery.

PROJETO ANÁLISE DE MODELOS E ESTRATÉGIAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022)

Coordenação Geral do Projeto: Isabela Cardoso de M. Pinto

Colegiado Gestor: Carmen F. Teixeira; Isabela C.M. Pinto; Jairnilson Silva Paim, Ligia Maria Vieira da Silva, Luis Eugenio Portela de Souza, Rosana Aquino, Glória Teixeira, Mariluce Bomfim de Souza, Marcelo Castellanos, Ligia Rangel, Monique A. Esperidião e Marcele Paim.

Pesquisadores/as: Acácia Lima, Ademar Arthur C. Reis, Alain Coulon, Alcione Brasileiro Oliveira, Aléxia Teixeira, Aline Azevedo, Amanda Maria Ribeiro, Ana Beatriz Lira, Ana Cristina Souto, Ana Cristina da Cruz, Ana Flávia Cruz, Ana Luiza Vilasboas, Ana Teixeira, Ana Paula dos Reis, Ana Quésia Pitta, Angélica Menezes, Antônio Brotas, Arthur Lopes, Áurea Paste, Beatriz Fernandes, Bianca da Paz, Bruna Oliveira, Bruna Moura, Bruno Guimarães, Caio Castro, Camila Freitas, Camila Bulcão, Camila de Jesus França, Camilla Ribeiro, Carla Maria Santos, Carmen Teixeira, Catharina M. Soares, Catharina Lisboa, Ceuci Nunes, Cleber Araújo, Cleber Cremonese, Cristiane Abdon, Cristian Osorio Figueroa, Daiane Castro, Daniel Barbosa, Daniela Baumgarten, Débora M. Passos, Deivson Mendes, Denise Nogueira Cruz, Ediná Costa, Ednir Souza, Elberte Silva dos Santos, Eliana Costa, Emily Carvalho, Erica Bowes, Erick Lisboa, Erika Aragão, Estela Aquino, Euclimeire Neves, Everly Caroline Teixeira, Fabiely Nunes, Fanny Almeida Wu, Fernanda Rodrigues, Fernanda Veloso, Francisco Israel, Gabriel Freitas, Gabriela Lamego, Gabriela Pereira, Gabriela Rangel, Gerluce Alves Pontes, Gessynaide Queiroz, Gisélia Santana Souza, Glória Teixeira, Hellen Moura, Hellen Ferreira, Ilzimar Oliveira, Iolanda Zacarias, Iracema Viterbo, Isabela Cardoso, Ítalo Ricardo Aleluia, Jairnilson Paim, Jamacy Souza, Janaína Ferreira, Janete Castro, Jesus Enrique Patiño, Joanna Patriarcha Guimarães, João Felipe Anjos, João Paste, Joilda Nery, Joseane Aparecida Duarte, Jucidalva Gomes, Júlia Pescarini, Kaline Lemos da Silva, Kamila Verena Vitória, Karla Baeta, Kátia Medeiros, Laíse Caroline Soares, Laise R. Andrade, Leidna Santos, Lidiane Tereza dos Santos, Liliana Santos, Ligia Maria Vieira, Lívia Silva Angeli, Luca Moura, Lucas Bottcher, Lucas Passinho, Luis Eugenio de Souza, Manoel Barral Netto, Márcia Costa, Maikon Nascimento, Marcele Paim, Marcelo Castellanos, Marcio Natividade, Marciglei Brito, Maria Clara Guimarães, Maria da Conceição N. Costa, Maria Guadalupe Medina, Maria Lígia Rangel, Maria Vieira, Mariana Oliveira; Mariluce Karla Bomfim de Souza, Mariza Donato, Matheus Henrique Piza Pimentel, Melsequisete Vasco, Michele Almeida, Monica Angelim, Monique Esperidião, Morena Rezende, Nadja Ferreira, Natália Tavares, Niara Menezes Arapiraca, Nília Lima, Paloma Brandão, Patrícia Sodré, Patty Fidelis, Paula Leal, Pedro Fragoso, Raphael Sande, Rosana Aquino, Rosana Lopes, Sabiny Ribeiro, Sandra Garrido, Sheila Bahia, Shirley Cruz, Silvana Oliveira, Silvana Vieira, Sisse Santana, Sônia Chaves, Soraya Belisário, Suelen Seixas, Taia Fernandes, Tania França, Thadeu Borges Santos, Thainá Affonso, Thais Regis Aranha Rossi, Thais Santana, Thiago Pereira, Viviane Boaventura, Viviane Oliveira, Yara Oyram e Zulmira Hartz.

Equipe de Comunicação: Anannda Sampaio, Egberto Siqueira, Gilson Rabelo, Inês Costal e Patrícia Conceição.

Instituições Parceiras: Centro de Integração de Dados e Conhecimentos em Saúde (Cidacs/IGM/Fiocruz-Ba), Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/Fiocruz, Instituto Couto Maia, Instituto de Física (UFBA), Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ), Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Nova de Lisboa.

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UFBA Universidade Federal da Bahia

Instituto de Saúde Coletiva - UFBA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO